



## **VI REUNIÃO DOS MINISTROS DA SAÚDE DA CPLP**

25 de março de 2022

### **Proposta de intervenção do Secretário Executivo da CPLP**

**Zacarias Albano da Costa**

- Excelência, Senhor Ministro das Relações Exteriores de Angola, Embaixador Tete António
- Excelência, Senhora Dra. Silvía Lutucuta, Ministra da Saúde da República de Angola
- Excelências, Senhora e Senhores Ministros da Saúde dos Estados-Membros da CPLP
- Estimados Embaixadores dos Estados-Membros da CPLP
- Caros membros das Delegações dos Estados-Membros da CPLP
- Senhores Representantes de Estados Associados, Agências Internacionais e Organizações da Sociedade Civil
- Caros representantes das entidades assessoras da FIOCRUZ, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical e do Instituto Ricardo Jorge
- Minhas Senhoras e Meus Senhores



Gostaria de começar por vos saudar – aqueles que hoje aqui estão connosco presencialmente e aqueles que nos seguem em plataforma de videoconferência – e agradecer o amável convite da Presidência para marcar presença nesta importante reunião ministerial.

No cumprimento que dirijo à Senhora Ministra, saúdo também todos os Ministros e Secretários de Estado que nos acompanham nesta reunião.

Gostaria de começar por agradecer o trabalho de preparação desta Reunião, que se realiza em formato híbrido e que comprova a possibilidade de dar continuidade à agenda da CPLP, superando as limitações e os obstáculos colocados pelo atual contexto pandémico.

Quero realçar, ainda, os valiosos contributos de todos os Membros do Grupo Técnico em Saúde, refletidos no projeto de Declaração Final hoje submetida à aprovação de V. Exas.

Não quero perder a oportunidade, de também, renovar os nossos sinceros agradecimentos ao trabalho desenvolvido pelas nossas entidades assessoras no setor da saúde que, ano após ano, nos acompanham e incitam com propostas altamente relevantes para o avanço da agenda da CPLP. A nossa gratidão à Fundação Oswaldo Cruz, ao Instituto de Higiene e Medicina Tropical e ao Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge.

Permitam-me, também, expressar um voto de gratidão ao Senhor coordenador da Comissão Temática de Observadores Consultivos para o Setor da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional, pelo apoio que nos tem dedicado.

## **Senhoras e Senhores Ministros**

### **Minhas Senhoras e meus Senhores**

A VI Reunião de Ministros da Saúde ocorre num período particularmente complicado da ordem internacional.

Infelizmente, não será ainda nesta reunião que retomaremos as nossas deliberações num clima de franca esperança e confiança no futuro, pois muitos têm sido os acontecimentos que nos impedem uma visão mais otimista do futuro.

Como se não bastasse o cenário pandémico que ainda vivemos e os severos impactos que tem projetado à escala global, com a geração das mais variadas iniquidades, somos agora confrontados com uma nova ameaça à paz e à segurança no mundo, que vem adensar uma conjuntura que já era particularmente exigente e cujas consequências são ainda imprevisíveis.

Valerá, portanto, a pena, recordar os valores fundadores da CPLP, expressos na sua Declaração Constitutiva que indicam que a nossa



Comunidade, partindo de “valores perenes como a Paz, a Democracia e o Estado de Direito, os Direitos Humanos, o Desenvolvimento e a Justiça Social”, estabelece uma preocupação com “o futuro coletivo dos seus países”.

Evoco estes princípios, não apenas porque me parecem extremamente oportunos e atuais, como também para recordar que, como penso que reconhecerão, a CPLP é fundamentalmente um pacto de amizade e de paz, pois a sua fórmula de construção reside no princípio da solidariedade na diversidade.

## **Senhoras e Senhores Ministros**

### **Minhas Senhoras e meus Senhores**

Num contexto em que a ameaça à saúde pública apresenta contornos inéditos, que me dispense de caracterizar, os cuidados primários de saúde assumem um papel muito relevante na resposta ao COVID-19.

Assim, creio que não será demais reafirmar a importância política dos cuidados primários de saúde e a necessidade de se redobrem esforços para se conseguirem avanços consistentes no caminho da cobertura universal de saúde.

Se hoje falamos num Objetivo de Desenvolvimento Sustentável específico para o setor da saúde bem como na necessidade de se



estabelecerem abordagens integradas e compromissos políticos multissectoriais para fazer face às determinantes da saúde, tal deve-se ao debate, que há 43 atrás, se realizou em Alma-Ata, no Cazaquistão, durante a “Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde”.

Os cuidados primários de saúde desempenham um papel decisivo no reforço do desenvolvimento social e económico da comunidade, uma vez que representam o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde.

E por isso são decisivos no assegurar da equidade e participação da comunidade no planeamento e formulação de políticas de saúde, por via de uma abordagem intersectorial.

## **Senhoras e Senhores Ministros**

### **Minhas Senhoras e meus Senhores**

Com o surgimento da variante OMICRON e a sua rápida disseminação em diferentes geografias, percebemos que nem todos terão feito tudo o que estava ao seu alcance e que a pandemia ainda está em expansão, independentemente do contexto relativo de desenvolvimento onde nos encontremos.

Portanto, a pandemia parece estar longe de terminar. E vários são os analistas que falam já numa nova vaga.

E a forma como se continua a processar o acesso (ou não acesso) à vacina COVID-19 continuará a condicionar esta realidade.

Já sabemos que o vírus da COVID-19 deixará feridas mais profundas nos contextos de menor desenvolvimento e vulnerabilidade.

As iniquidades provocadas pela pandemia são muito visíveis, tocam no nosso dia-a-dia e não podem deixar ninguém indiferente.

Continuamos a constatar que o Sul global permanece, desprotegido, frágil e ainda sem programas vacinais consistentes em andamento.

O que é mais conflagrador é que esta larga parte do mundo, na qual reside um enorme potencial produtivo e empreendedor, pouco mais pode fazer do que observar, sem grande capacidade de influência no planeamento e azáfama dos países mais desenvolvidos que já admitem a administração de uma quarta dose da vacina e de vacinas de nova geração.

A CPLP vem defendendo, e reafirma, que a vacina deve ser considerada como um “bem público global”, no sentido em que os efeitos e impactos do processo sejam verdadeiramente globais e não deixem ninguém para trás.



E por isso, para a CPLP, será necessário procurar garantir o acesso universal, oportuno, justo, equitativo, seguro e eficaz à vacina.

O mesmo se diga para todos os produtos essenciais, incluindo os seus componentes e precursores, necessários na resposta a esta pandemia e às que virão.

Esperamos que a aprovação de novas vacinas e medicamentos possam mitigar muito rapidamente a escassez e o impacto da pandemia nos países de rendimentos mais baixo, e que estes não deixem de ter acesso às inovações que vão surgindo fruto do investimento em ciência e tecnologia, um dos poucos benefícios que a pandemia nos trouxe.

Só assim se contribuirá para colmatar as profundas desigualdades entre países, mitigando uma ordem social e económica global injusta e que requer, urgentemente, uma abordagem da saúde baseada na justiça social.

Para isso será necessária uma maior solidariedade internacional entre os países, promovendo consórcios efetivos para produção e doação de vacinas em larga escala.

Esperemos, que seja possível criar condições para o surgimento de uma liderança global mais dialogante e propensa ao reforço do papel do

multilateralismo nas relações internacionais, numa nova lógica de diplomacia da saúde.

Tal compromisso será fundamental para assegurar que muitos países de baixa renda e outras nações consigam manter um equilíbrio mínimo no financiamento dos seus sistemas de saúde.

Trata-se, como se imagina, de um desafio de uma magnitude gigantesca.

**Senhoras e Senhores Ministros**

**Minhas Senhoras e meus Senhores**

Creio que as fortes ligações que caracterizam a nossa Comunidade, alicerçadas num caminho de diálogo e trabalho conjunto intenso, propiciam a rápida identificação do desafio que se nos coloca e a pertinência de encontrarmos soluções e estratégias partilhadas.

Para deixar a pandemia COVID-19 para trás, teremos de fazer o que for necessário para proteger a saúde.

Mas também a educação, o emprego e padrões de vida minimamente dignos.



Nenhum país poderá enfrentar sozinho os efeitos desta crise sendo, por isso mesmo, a coesão e a solidariedade, mais importantes do que nunca.

É com esse espírito que aqui no encontramos: debater como enfrentámos este problema até ao momento e como nos podemos apoiar mutuamente para sairmos melhor e mais fortalecidos desta crise.

E por isso, como Secretário Executivo da CPLP sinto-me francamente encorajado pelo resultado do trabalho realizado pela reunião da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP e pelo Grupo Técnico em Saúde, que apresentam a deliberação desta reunião ministerial propostas que nos parecem muito relevantes.

Gostaria de destacar o Plano de Trabalho que nos é apresentado para o período 2022-2024, que nos parece um documento francamente equilibrado e factível.

Gostaria de agradecer o trabalho realizado pelos nossos Institutos Nacionais de Saúde Pública durante os últimos 24 meses, nomeadamente pelo papel que desempenharam no apoio ao processo de decisão política durante a pandemia.

Não há dúvida que ficou plasmada na sociedade e nos decisores políticos a importância que os INSP tiveram na consolidação da ideia

de que o processo de tomada de decisão política é mais eficaz e consentâneo com a realidade quando baseado em evidência científica.

Mas para que assim continue a ser, serão necessários novos investimentos nas tecnologias e infraestruturas de saúde, reforçando capacidades destas estruturas nos mais diversos domínios da sua atuação.

Fico particularmente feliz por constatar um regresso aos princípios fundamentais do nosso Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP), verificando que as reuniões técnicas que precederam este encontro consolidaram a ideia de que a capacitação e formação de recursos humanos em saúde permanecem como uma prioridade absoluta para a nossa Comunidade.

Pela análise das propostas que são submetidas a deliberação desta ministerial, percebemos que existe uma vontade muito forte de trabalhar arduamente em cada um dos temas que aqui vão ser apreciados e debatidos, que existe uma vontade política para que se gerem os impulsos necessários para que sejam tomadas decisões relevantes e úteis para a nossa Comunidade e para que haja uma capacidade de antecipação presente, planeando um futuro que se quer melhor e mais sustentável.

E neste espaço que é a CPLP, a celebração de parcerias inteligentes entre nós e com diferentes parceiros será cada vez mais fundamental - seja para alavancar os esforços de desenvolvimento do nosso PECS-CPLP, seja para uma mais relevante contribuição da CPLP na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos benefícios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável para os nossos povos.

Vivemos um momento particular da nossa história coletiva em que fazer o bem é exatamente o que precisamos para fazer bem – apoiar-nos uns aos outros em tempos difíceis.

E para que tal ocorra, não tenhamos dúvidas, o investimento estatal será crucial para reconstruir as nossas sociedades.

Sendo o direito à saúde um direito humano fundamental, esta é uma reunião de enorme responsabilidade e que, naturalmente, apela a uma ação concertada dos setores político, social e económico para que possamos sair desta crise juntos e unidos desta crise.

O espaço que se oferece com o PECS-CPLP, deve ser aproveitado pela para acelerar parcerias internacionais multinível com diferentes parceiros de desenvolvimento.

O trabalho das diferentes redes constituídas no âmbito do PECS-CPLP, e aproveito para destacar o sucesso da Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP-CPLP), é um feliz exemplo dos avanços que podemos reportar para reforçar estas parcerias.

Creio que como todos reconhecerão, são necessários esforços acrescidos, nomeadamente no campo da identificação de novos recursos, pois sem estes ativos, sejam eles financeiros ou de outro tipo, não é possível concretizar a cooperação que todos ambicionamos e que de nós é esperada.

Esperamos que, com o trabalho conjunto dos Estados-Membros, das entidades assessoras e do Secretariado Executivo, seja possível conhecer novos e promissores desenvolvimentos para que, efetivamente, se possa afirmar que, na CPLP, a expressão “Não deixar ninguém para trás!”, não é apenas a afirmação de um objetivo retórico da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Muito obrigado pela vossa atenção.